

fonte: JB

class.: QINRO048

data: 28/01/95

pg.: 6

## ENTREVISTA/JOHN MONTEIRO

## "O índio é tabu na história"

São Paulo — Helcio Toth

LUCIANA VILLAS-BOAS

— Como o senhor se situa na tradição de estudos sobre o escravismo brasileiro — desde Gilberto Freyre, passando por Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, até Jacob Gorender?

— É uma pergunta difícil, porque venho de outra tradição. Sou americano, estudei nos Estados Unidos, onde se fazia outro tipo de história, pelo menos quando iniciei meu trabalho. Minha pesquisa tomou outro rumo com a vinda para o Brasil. Nos Estados Unidos, a gente lê pouco do que é produzido aqui. Os brasilianistas dialogam mais entre si do que com a historiografia brasileira. Há outro contexto, o dos chamados latino-americanistas, que compõem o campo de diálogo preferencial. Quando cheguei em 1982, percebi o quanto me fazia falta esse tipo de leitura: Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, os clássicos do pensamento brasileiro. Gilberto Freyre, que não é historiador mas constituiu-se numa influência importante, eu não havia lido por inteiro enquanto estava nos EUA.

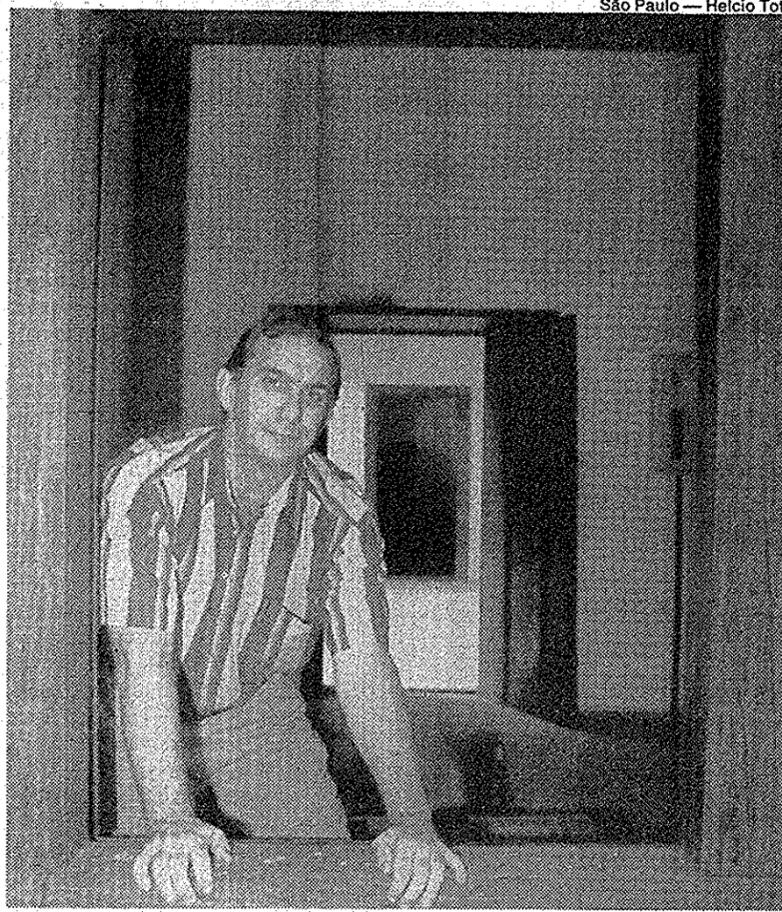
— De que maneira o contato com o debate brasileiro afetou sua pesquisa? No início dos 80 pegava fogo a discussão sobre um possível modo de produção escravista colonial.

— A discussão sobre a natureza da economia colonial tem longa história no Brasil. Meu estudo inicialmente não se enquadrou nesse debate. Cheguei falando da presença indígena, que sempre foi dispensada de forma sumária. Basta ver o que se produziu aqui sobre modo de produção: o índio não existia. Introduzi um novo elemento, a presença indígena, que sempre havia sido tomada de forma fugaz, relegada aos primeiros momentos da colônia. O índio só aparecia como substituto do escravo africano, quando por alguma razão a compra deste não era possível. Ou como precursor maldado do negro.

— Em que sentido muda a visão que os brasileiros têm de si mesmos quando se atribui um peso maior à contribuição indígena na formação social do país?

— Está mudando a perspectiva que se tem sobre o índio aqui. Isso fará com que se repense toda a história do país. A visibilidade das lideranças e populações indígenas está bem mais forte. Com isso surge um problema: nos manuais didáticos, o índio já era. Em livros do século 19, não há qualquer menção ao índio. Atualmente o próprio estado e as elites estão diante da obrigação de pensar o Brasil futuro conscientes de que este também comporta a população indígena, que é pequena mas não deixa de ser um problema fundamental na história do país. Ao estudarmos a história indígena, revelamos o quanto a historiografia tradicional omite a respeito de atores

■ Quando o historiador americano John Monteiro (filho de imigrante português em Massachusetts) procurou o Departamento de História da USP com uma proposta de pesquisa sobre trabalho indígena no Brasil colônia, mandaram-no para a Antropologia. "A história havia matado o indígena no Brasil", conta ele, agora que seu livro *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo (Companhia das Letras)* alcança cada vez maior reconhecimento. O livro mostra que toda a economia de São Paulo colonial apoiou-se no trabalho indígena. O escravo índio teria sido a mão de obra do milho, feijão e trigo, artigos do mercado interno da colônia. O autor desmitifica também o bandeirante, menos desbravador de terras, mais caçador de índios no interior. Monteiro, 38 anos, hoje no Departamento de Antropologia da Unicamp e pesquisador do Cebrap, explica aqui as repercussões disso para a história do Brasil, país que ele não pretende mais deixar.



significativos. E ao resgatarmos a presença do índio, repensamos mitos fundantes da nacionalidade. Pois se na história o índio é pequeno, na literatura ele é gigante, assim como nas artes plásticas. Há um descompasso entre mito e história. E ao discutirmos a história indígena a partir da pesquisa documental, fica possível repensarmos mitos da nacionalidade e da regionalidade. Já na década de 30, em São Paulo, Alfredo Ellis Jr. apresentava perspectiva diferente da de Freyre: dizia que a base da nacionalidade era o mameluco, filho da índia com o português. Esse debate sobre a mestiçagem brasileira acaba tendo uma cor regional.

— Ainda provoca polêmica desmitificar a figura do bandeirante desbravador dizendo que ele foi sobretudo um caçador de escravos índios?

— O bandeirante é um mito importante mas desgastado. Todo mundo sabe que se trata de um mito construído a posteriori. Neste sentido, o livro não é polêmico. Mas acho que meu livro vai além, fornece elementos para a reconstrução do paulista antigo, que é o que falta nesse contra-discurso. Existe outra história a ser contada, bastante documentada, que pode ser pesquisada. Minha contribuição foi repensar as origens de São Paulo no sentido da ocupação e da própria idéia de São Paulo — a paulistidade. Há uma visão regional que o paulista começa a elaborar neste perio-

do, diferenciando-se dos demais colonos por sua história particular, por sua convivência com os indígenas.

— Como o senhor vê a crítica, muito em voga, a Caio Prado Jr. e toda a historiografia que se baseia nele, com sua ênfase sobre o eixo agrário-exportador como definidor da economia colonial?

— Meu livro diz respeito a isso. Meu objetivo foi demonstrar que — sim — o circuito agro-exportador dá o sentido da colonização, para usar o conceito de Caio Prado, mas não explica o funcionamento e a reprodução desse sistema. Há nos interstícios da economia colonial regiões muito dispare. A articulação entre essas regiões cria áreas de subsistência, de pequena lavoura, que ocupam grande parte da população brasileira. Boa parte da historiografia enxerga apenas a dinâmica do sistema colonial, embora eu ache que os clássicos não se incluem aí. Capistrano de Abreu e o próprio Caio Prado valorizavam muito a dinâmica interna. Caio Prado tem longos capítulos sobre transportes internos, a pequena lavoura.

— Os clássicos estão sendo injustamente atacados?

— Há uma leitura sumária e preconceituosa dos clássicos que não se atém a Caio Prado Jr. Também Gilberto Freyre foi e é vítima disso. Na área de estudos da família e da demografia, responsabiliza-se Gilberto Freyre pelo mito da família patriarcal, empobrecendo

aquilo que é extremamente rico. Nada é tão simples. Mais do que Caio Prado, a historiografia dos anos 60 e 70 foi que deu ênfase exagerada à dinâmica colonial.

— É possível traçar algum paralelo teórico para os estudos indígenas no Brasil e nos Estados Unidos?

— Não escolhi meu tema de pesquisa por simpatizar com a causa indígena. Estava totalmente alheio à questão. Queria repensar a história colonial do Brasil. Tinha muitas informações sobre São Paulo colonial que não batiam com a visão tradicional. É uma história gozada a de São Paulo. Ao mesmo tempo em que a história era cuidadosamente elaborada, no período áureo do café os governos publicaram longas séries documentais que iam contra a construção historiográfica. É um paradoxo interessante. Mexendo com esse material, logo percebi que uma das chaves seria o estudo do trabalho indígena.

— Que tipo de reação sua pesquisa provocou nos meios acadêmicos brasileiros?

— Os antropólogos se interessaram primeiro. Quando cheguei à USP pela primeira vez com minha proposta de trabalho, os historiadores me estimularam a procurar a Antropologia. Eles já tinham acabado com os índios! A história tinha matado os índios. Isso me revelou como é o negócio: estudar índio é tabu entre os historiadores. A gente percebe isso ao ler a história brasileira: a proble-

mática indígena está completamente distante. As poucas referências que existem se apóiam em literatura etnográfica.

— No entanto, alguns dos trabalhos mais ricos que vêm sendo publicados combinam antropologia e história, como os livros de Laura Melo e Souza, Luis Mott e Lilia Moritz Schwarcz.

— Em outras partes das Américas, a etno-história, ou história indígena, é escrita tanto por historiadores como antropólogos. Aqui, tem sido assumida pelos antropólogos, embora esteja havendo fecunda aproximação entre a história e a antropologia desde a década de 80, pegando esses autores que você mencionou. Aí no Rio há o Ronaldo Vainfas, cujo trabalho, embora mais na área de história das mentalidades, também tem uma abordagem antropológica.

— Há dificuldade de fontes para fazer a história indígena?

— O Núcleo de História Indígena da USP acaba de publicar um *Guia de fontes para a história indígena*, de 500 páginas, que faz uma descrição dos acervos em todas as capitais de estados brasileiros, com resumos dos conteúdos dos artigos. Foi um trabalho fundamental no sentido de mapear a potencialidade dessa área. Revela coisas muito interessantes que aconteceram na história do Brasil. Oferece novas formas de ler certos eventos da história. Por exemplo, no Arquivo do Exército, há um material sobre a Coluna Prestes, um dossiê sobre a participação dos indígenas tanto entre as forças de repressão como entre os rebeldes. Estes chegaram a matar três ou quatro índios que tinham traído a causa. Os índios tinham papel estratégico, como espiões, mensageiros, utilizando suas línguas para guardar melhor os segredos. No mesmo arquivo, há material sobre um destacamento de voluntários da pátria composto de índios da Bahia, que partem para a Guerra do Paraguai, com bonés especiais e sapatos de pele de onça. Parecem coisas meramente pitorescas, mas estas fontes têm grande potencial.

— O que o senhor espera do atual governo para a questão indígena?

— Este governo tem de completar o trabalho da Constituição de 88 no sentido da garantia dos direitos territoriais dos grupos indígenas no Brasil. Em termos mais simples, tem que fazer a demarcação das terras. Há uma segunda dimensão. Os índios estão se organizando de maneiras novas e originais. Estão fundando organizações registradas em cartório que são novos canais de expressão política e reivindicação de direitos, num momento em que a sociedade civil está se reorganizando como um todo. O governo tem que fornecer espaço para a atuação dessas organizações.